

**COMUNIDADES GERAIZEIRAS DO ALTO RIO PARDO-MG:  
RECONVERSÃO TERRITORIAL E PRODUÇÃO DE ÁGUA NO CERRADO**

**GERAIZEIRAS COMMUNITIES OF ALTO RIO PARDO-MG:  
TERRITORIAL RECOVERY AND WATER PRODUCTION IN THE CERRADO**

**COMUNIDADES GERAIZEIRAS DE ALTO RIO PARDO-MG:  
RECUPERACIÓN TERRITORIAL Y PRODUCCIÓN DE AGUA EN EL CERRADO**

Rômulo S. Barbosa<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0001-9226-2312>

**RESUMO**

No Alto Rio Pardo, Norte de Minas Gerais, as comunidades geraizeiras lutam pela transformação das áreas ocupadas com monocultura de eucalipto em territórios reconvertidos com a vegetação do cerrado. Esse processo tem sido denominado de reconversão territorial agroextrativista geraizeira. Trata-se de um processo social que envolve a delimitação, autodemarcação e regularização fundiária, seja por meio da criação de assentamentos agroextrativista, seja como unidades de uso sustentável (Reservas Extrativistas ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável). O artigo tem por objetivo analisar as lutas das comunidades geraizeiras pela reconversão territorial e os efeitos sobre a proteção da biodiversidade e as águas. Os procedimentos metodológicos foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, elaboração e interpretação de mapas e dados sobre o uso e cobertura do solo. Os resultados indicam que esse processo de reconversão territorial, em curso, tem possibilitado a regeneração de áreas de cerrado degradadas pela monocultura de eucalipto, com efeitos para a recuperação dos corpos hídricos.

**Palavras-chave:** Cerrado. Biodiversidade. Comunidades Tradicionais.

**ABSTRACT**

In Alto Rio Pardo, North of Minas Gerais, the Geraizeiras communities fight for the transformation of the areas occupied with eucalyptus monoculture into territories reconverted with the vegetation of the cerrado. This process has been called Geraizeira agroextractive territorial reconversion. It is a social process that involves delimitation, self-demarcation and land regularization, either through the creation of agroextractive settlements, or as sustainable use units (Extractive Reserves or Sustainable Development Reserves). The article aims to analyze the struggles of the Gerais communities for territorial reconversion and the effects on the protection of biodiversity and waters. The methodological procedures were: bibliographic research, documentary research, elaboration and interpretation of maps and data on land use and land cover. The results indicate that this process of

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros-MG. Pesquisador do CNPq. E-mail: [romulo.barbosa@unimontes.br](mailto:romulo.barbosa@unimontes.br)

territorial reconversion, in progress, has enabled the regeneration of cerrado areas degraded by eucalyptus monoculture, with effects for the recovery of water bodies.

**Keywords:** Cerrado. Biodiversity. Traditional Communities.

---

## RESUMEN

En Alto Rio Pardo, al norte de Minas Gerais, las comunidades Geraizeiras luchan por la transformación de las áreas ocupadas con monocultivos de eucalipto en territorios reconvertidos con la vegetación del cerrado. Este proceso ha sido denominado reconversión territorial agroextractivista Geraizeira. Es un proceso social que involucra la delimitación, autodemarcación y regularización de tierras, ya sea a través de la creación de asentamientos agroextractivistas, o como unidades de uso sustentable (Reservas Extractivas o Reservas de Desarrollo Sustentable). El artículo tiene como objetivo analizar las luchas de las comunidades de Gerais por la reconversión territorial y los efectos en la protección de la biodiversidad y las aguas. Los procedimientos metodológicos fueron: investigación bibliográfica, investigación documental, elaboración e interpretación de mapas y datos sobre uso y cobertura del suelo. Los resultados indican que este proceso de reconversión territorial, en curso, ha permitido la regeneración de áreas de cerrado degradadas por el monocultivo de eucalipto, con efectos para la recuperación de cuerpos de agua.

**Palabras clave:** Cerrado. Biodiversidad. Comunidades Tradicionales.

---

## INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar os processos de lutas por território<sup>2</sup> das comunidades geraizeiras<sup>3</sup> do Alto Rio Pardo-MG e os efeitos para a proteção do cerrado e de suas águas. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, com interpretação de mapas e dados sobre o uso e cobertura do solo na sub-bacia do Ribeirão Santana, afluente do Rio Pardo em Minas Gerais. O cerrado do Alto Rio Pardo-MG é uma pequena porção da imensidão deste bioma que percorre quase 25% do território brasileiro.

O Cerrado é um tipo de savana tropical que se estende por uma área superior a 2 milhões de quilômetros quadrados. É o segundo maior bioma brasileiro e rico em biodiversidade, com mais de 12 mil espécies vegetais e cerca de 2.373 espécies de vertebrados<sup>4</sup>.

O bioma Cerrado (Figura 1) também é tido como a “caixa d’água” do Brasil. Isso porque cinco importantes bacias hidrográficas nascem no Cerrado, a saber: Xingu, São

---

<sup>2</sup> Para a definição de território confira HAESBAERT (2011).

<sup>3</sup> As comunidades geraizeiras são comunidades tradicionais que vivem nas áreas de cerrados denominadas de Gerais. Confira o conceito de comunidades tradicionais definido por Brandão (2011). Os Geraizeiros foram estudados de forma pioneira por Dayrell (2000). Tese de doutorado desenvolvida por Nogueira (2009) é outro importante estudo sobre comunidades geraizeiras.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://cepfcerrado.iieb.org.br/>, acesso 14/12/2021.

Francisco, Tocantins-Araguaia, Parnaíba e Tapajós. A pluviosidade varia entre 800mm a 2000 mm anuais. A distribuição das precipitações gera dois grandes ciclos anuais: 5 a 6 meses secos e 6 a 7 meses chuvosos<sup>5</sup>. Mazzeto Silva (2000, p. 300) analisou dados pluviométricos mensais do município de Montes Claros-MG<sup>6</sup> no período de 1910 e 1990. Neste estudo, o autor calculou as seguintes médias mensais de chuva (em milímetros) ao longo de nove décadas: Janeiro 215,6 mm; Fevereiro 125,3 mm; Março 129,1 mm; Abril 43,3 mm; Maio 8,6mm; Junho 5,1 mm; Julho 4,7 mm; Agosto 3,2 mm; Setembro 20,8mm; Outubro 85,5 mm; Novembro 216,4 mm; Dezembro 275,8 mm. A média anual foi 1.144,5 mm. A década com maior intensidade de chuvas foi 1960 com 1449,2 mm.

Por ser um bioma com o período de seca (meses com baixa ou nenhuma precipitação pluviométrica) muito bem demarcado, as populações que habitam o cerrado desenvolveram, ao longo dos séculos, sistemas complexos de adaptação agroambiental. Os Geraizeiros criaram sistemas de manejo das chapadas (criação de gado bovino e extrativismo vegetal) e as áreas de baixada, grotas e veredas (agricultura), em decorrência desse longo aprendizado ecossistêmico. (DAYRELL, 2000)

No entanto, as transformações ambientais ocorridas como consequência da modernização conservadora da agricultura (DELGADO, 1985) provocaram intensas mudanças, com redução da disponibilidade e do acesso à água pelas populações do cerrado. Cabe destacar que a irrigação agrícola no Cerrado, por meio de equipamentos como os pivôs centrais. Eles constituem uma das principais fontes de demanda hídrica e com uso intensivo na agricultura irrigada de larga escala neste bioma, afetando a disponibilidade de água no Cerrado<sup>7</sup>.

A escassez hídrica decorrente do uso intensivo da água na agricultura irrigada em grandes fazendas e/ou em perímetros públicos na bacia do Rio São Francisco<sup>8</sup> tem gerado situações extremas de indisponibilidade da água no Cerrado. Exemplo desse processo, que

<sup>5</sup> Cf. AB'SÁBER, A. N. O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 111, n. 4, p. 41-55, 1983.

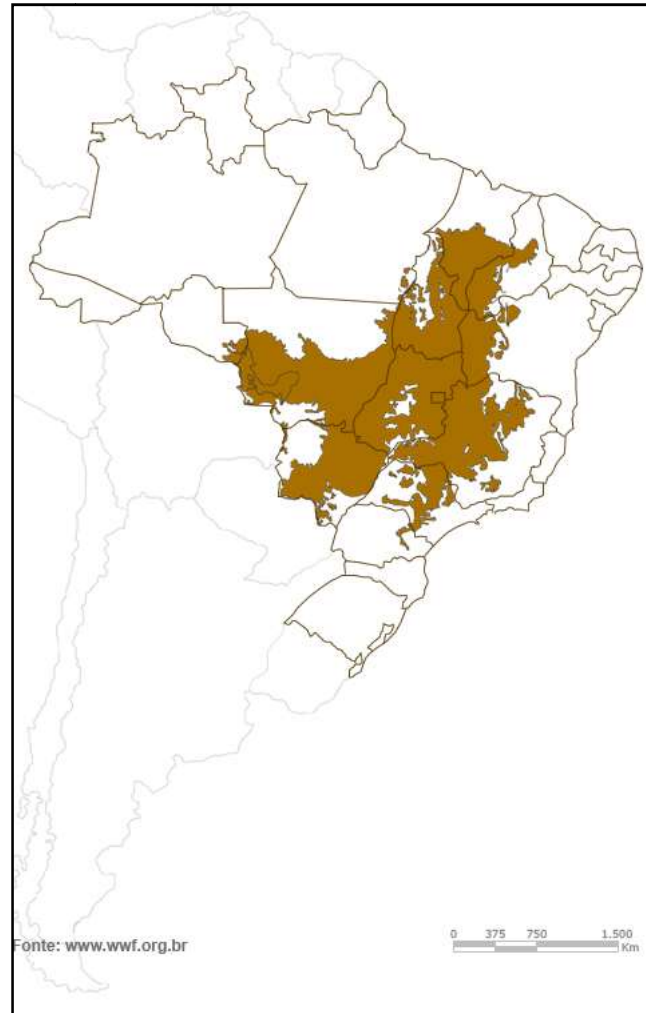
<sup>6</sup> Montes Claros é um município localizado no Cerrado do Norte de Minas Gerais.

<sup>7</sup> Em matéria veiculada pelo jornal Correio Brasiliense, em 25/04/2011, destaca-se a utilização de cerca de 7 mil pivôs centrais nas bacias dos rios São Francisco, Tocantins-Araguaia e Parnaíba. Confira: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2011/04/25/interna-brasil.249362/uso-intensivo-de-pivos-centrais-para-irrigacao-afeta-os-rios-do-cerrado.shtml>. Acesso em 03/01/2022.

<sup>8</sup> Destaco com exemplo o perímetro de irrigação do Jaíba, nos municípios de Jaíba-MG e Matias Cardoso-MG, no Norte de Minas Gerais. Com a área total de 107,6 mil hectares e área irrigável estimada em 65,8 mil hectares. Mais informações em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-implantacao/jaiba-mg>. Acesso em 03/01/2022.

denuncia o auge da restrição hídrica, é o abastecimento das comunidades rurais feito por meio de carros-pipa<sup>9</sup>.

**Figura 1:** Distribuição espacial do bioma Cerrado no Brasil



Fonte: www.wwf.org.br

O texto está organizado em três partes. Primeiro discute-se as ameaças ao Cerrado brasileiro decorrentes do processo de modernização da agricultura e pecuária, a partir da segunda metade do século XX. Na sequência, reflete-se sobre o “encurrallamento” das comunidades geraizeiras do Alto Rio Pardo, como consequência da monocultura de eucalipto nas chapadas (altiplanos). Por fim, examina-se o processo de luta das comunidades geraizeiras para garantir os direitos territoriais, por meio da reconversão agroextrativista e os efeitos para a proteção da biodiversidade do cerrado e das águas.

<sup>9</sup> A “Operação Carro Pipa” é a denominação de um programa de abastecimento de comunidades rurais e também urbanas, por meio de caminhões com reservatório de água, ou contratados pelo Governo Federal e os Governos Estaduais, e/ou em convênios com os municípios. Esses carros-pipas buscam água em reservatórios (barragens) da região e distribuem diretamente nas casas e em caixas d’água comunitárias. Para mais informações confira <http://sedec.5cta.eb.mil.br/>

## AMEAÇAS AO CERRADO NO BRASIL

Desde os anos 1960 o Brasil tem passado por um intenso processo de modernização da agropecuária, com expansão da fronteira agrícola para o bioma Cerrado. No âmbito da denominada “Revolução Verde” a motomecanização aliada ao uso intensivo de agroquímicos têm transformado o Cerrado em campos de produção de soja, milho, algodão, fazendas de criação de gado bovino e monoculturas de eucalipto (*Eucalyptus*).

A área plantada com soja no Cerrado aumentou 2,4 vezes, entre os anos 2000 e 2019. Passou de 7,53 para 18,2 milhões de hectares. O processo de expansão da fronteira agrícola, pecuária e monocultura de eucalipto tem como fundamento a supressão da vegetação natural, com intenso desmatamento, assoreamento de rios e contaminação de solos e águas. No ano de 2019 foram desmatados 408.787 hectares de Cerrado. Em 2020 foram outros 432.183 hectares. A devastação do Cerrado, em 2020, correspondeu a 31,2% de todo o desmatamento ocorrido no Brasil. (PROJETO MAPBIOMAS, 2021)

O Saneamento básico nas áreas rurais do Brasil também tem sido foco de preocupação, com destaque para a criação do Programa Nacional de Saneamento Rural-PNSR, pela Fundação Nacional de Saúde-FUNASA. Em texto subsidiário à PNSR Laschefski (2021, p.17) destaca a necessidade de enfrentar os “desafios do direito humano à água e esgotamento sanitário nas áreas rurais”, pois este foi declarado pela ONU, em 2010, um direito humano essencial.

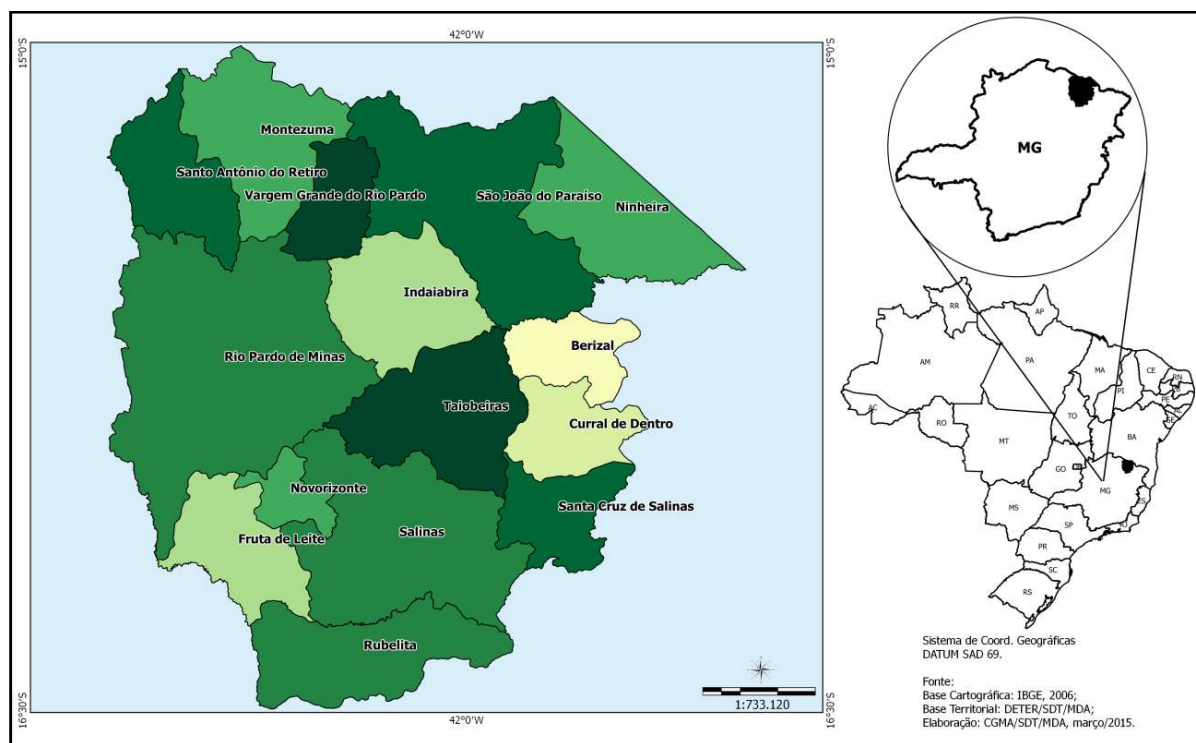
Os cerrados são vistos, em geral, como o principal espaço de produção agrícola, pecuária e de extração de madeira plantada no Brasil e, assim, tornando a locomotiva do setor agroexportador. Tem sido tratado no imaginário social como a zona de sacrifício ambiental. Como compensação invertida. Isto é, a proteção da Amazônia requereria compensar o setor agroexportador com o sacrifício do Cerrado.

Portanto, a expansão da fronteira agropecuária e da monocultura de eucalipto, com o desmatamento, assoreamento de rios e contaminação por agrotóxicos de fontes de água, constituem as principais ameaças ao bioma Cerrado no Brasil.

## A MONOCULTURA DO EUCALIPTO E O “ENCURRALAMENTO” DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CERRADO DO ALTO RIO PARDO-MG

O Alto Rio Pardo é uma porção da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo e também o nome de uma região formada por 15 municípios no Norte de Minas Gerais: Berizal, Curral de Dentro, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo. (MDA/SDT, 2016)

**Figura 2:** Localização dos municípios integrantes do Alto Rio Pardo-MG



Fonte: MDA/SDT (2016).

O Alto Rio Pardo possui uma área total de 16.447,35 Km<sup>2</sup>. No Censo Demográfico de 2010 foi contabilizada uma população total de 192.165 habitantes, sendo 55% residentes na área urbana e 45% na área rural. A média da população urbana em Minas Gerais é de 85%. Isso denota a importância relativa do contingente populacional residente nas áreas rurais do Alto Rio Pardo. (MDA/SDT, 2016)

A partir de 1965 o Norte de Minas Gerais passou a integrar a área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esta autarquia federal foi criada para implementar políticas públicas de redução da desigualdade econômica entre a

região Nordeste e as demais regiões do Brasil, especialmente o Centro-Sul do país. No Norte de Minas Gerais as principais políticas foram os subsídios fiscais e financiamentos à instalação de indústrias em centros urbanos, a modernização das grandes fazendas de pecuária bovina, a instalação de perímetros públicos de agricultura irrigada e a concessão de terras para a implementação em larga escala de monocultura de eucalipto e pinus. (FEITOSA & BARBOSA, 2006)

No Alto Rio Pardo a monocultura de eucalipto predominou a paisagem dos altiplanos (chapadas) do Cerrado. Foram concedidas terras públicas, por meio de comodato, para que empresas instalassem extensas áreas de eucalipto (BISPO & BARBOSA, 2021), especialmente, para a produção de carvão vegetal. Este carvão tinha como destino o abastecimento da indústria siderúrgica localizada na região central do estado de Minas Gerais. (BRITO, 2006). Esse processo foi descrito por POZO (2002) como a privatização das chapadas nos gerais.

As comunidades geraizeiras desenvolveram, ao longo de gerações, complexas formas de manejo dos cerrados, em seus vários ambientes, das vazantes até as chapadas. Nas chapadas, áreas altas e planas, são realizados, principalmente, a criação de gado bovino “na solta”, a coleta de frutos e de madeira (lenha). Nestes espaços, por meio de sociodinâmicas interfamiliares e intercomunitárias foram configuradas normas costumeiras de uso comunitário. (LEÃO & BARBOSA, 2021; OLIVEIRA, 2018)

A privatização das chapadas (POZO, 2002) decorreu da implementação de extensas áreas com monocultura de eucalipto por empresas do complexo florestal-siderúrgico (BRITO, 2006). As principais consequências foram a destruição dos cerrados e sua substituição por eucalipto, gerando um processo de “encurralamento” das comunidades geraizeiras. Isto é, as áreas de chapadas usadas comunitariamente foram transformadas em eucaliptais, reduzindo os espaços de manejo de animais e de coleta de frutos e madeira.

Autores como Mazzetto Silva (2000) destacaram os efeitos das monoculturas de eucalipto nas chapadas para as águas dos cerrados. Comparou as taxas de transpiração, medida em milímetros por dia, entre a cobertura vegetal natural do cerrado e de eucalipto. No período da seca (maio a setembro) a taxa de transpiração do cerrado foi calculada em 1,5 mm/dia. No período de chuvas (outubro a março) esta taxa foi de 2,6 mm/dia. Já o eucalipto teve taxa de transpiração calculada (durante todos os meses do ano) em 6,0 mm/dia. Ou seja, quatro vezes mais do que o cerrado no período da seca e mais do que o dobro no período chuvoso. Além disso, a supressão da vegetação natural trouxe consequências ambientais como o assoreamento de rios e outros cursos d'água.

No entanto, as comunidades geraizeiras, em especial no Alto Rio Pardo-MG, se organizaram para lutar pelos seus territórios que foram transformados em monocultura de eucalipto. O movimento dos encurralados pela monocultura do eucalipto em aliança e em articulação em rede com lutas globais contra o “deserto verde” ganharam muita visibilidade e força. A degradação do cerrado e de suas águas e a privatização das áreas de uso comunitário tiveram relevo nacional e internacional. As comunidades geraizeiras constituíram uma rede de articulação das lutas territoriais do Alto Rio Pardo-MG. (BRITO, 2013)

No final dos anos 1990 e início do século XXI vários contratos em regime de comodato (empréstimo) de terras públicas, iniciados nos anos 1970, foram vencidos. (BISPO & BARBOSA, 2021). As comunidades geraizeiras do Alto Rio Pardo intensificaram suas articulações e lutas pela retomada dos seus territórios transformados em monocultura de eucalipto. O acesso às terras, a recuperação da biodiversidade do cerrado e de suas águas são os fundamentos das lutas das comunidades geraizeiras.

Em 2002 foi realizada uma importante manifestação das comunidades geraizeiras do Alto Rio Pardo-MG em defesa da chapada do Areião. Em 2005, no assentamento agroextrativista da Tapera, município de Riacho dos Machados-MG, realizou-se a primeira Conferência Geraizeira, cujo tema central foi a criação de reservas extrativistas. As conferências geraizeiras passaram a configurar a mais importante reunião ampla das comunidades, instituições parceiras e também agentes de estado, mobilizando a rede de articulação destas comunidades. Em 2018 foi realizada a quinta Conferência Geraizeira, na comunidade Catanduva, município de Vargem Grande do Rio Pardo. O tema central foi Água e Território.

**Quadro 1:** Eventos de mobilização e articulação das comunidades Geraizeiras do Alto Rio Pardo-MG

Ano	Evento	Local	Assunto
2002	Manifestação em defesa da Chapada do Areião.	Comunidade de Água Boa (Rio Pardo de Minas)	Defesa da Chapada do Areião
2003	Reunião com lideranças de diversas comunidades	Comunidade de Brejinho (Rio Pardo de Minas)	Discussão sobre os efeitos da monocultura do Eucalipto
2004	Encontro dos Encurralados	Vereda Funda (Rio Pardo de Minas)	Organização das comunidades encurraladas pelo Eucalipto
2005	I Conferência Geraizeira	Assentamento de Tapera (Riacho dos Machados)	Criação de Reservas Extrativistas RESEX e o fortalecimento dos povos dos gerais”.
2006	II Conferência Geraizeira	Assentamento Vale do Guará Vargem Grande do Rio Pardo	Criação de quatro RESEX nos municípios de Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma, além da “Carta dos Povos Geraizeiros”.
2007	III Conferência Geraizeira	Vereda Funda (Rio Pardo de Minas)	“Terras públicas e o território geraizeiro”
2010	1ª Romaria do Areião	Água Boa II (Rio Pardo de	Tratou sobre a Criação da RESEX do



		Minas)	Areião (posteriormente, mudou-se de estratégia, e no local foi criada a RDS Nascentes Geraizeiras
2013	Trancamento da Rodovia 251	Vale das Cancelas (Grão Mogol)	Reconhecimento e Proteção dos territórios geraizeiros
2014	Greve de fome e sede	Brasília-DF	Pela assinatura no decreto que criou a RDS Nascentes Geraizeiras
2014	IV Conferência Geraizeira	Cutica (Novorizonte)	A criação do Movimento Geraizeiro
2018	V Conferência Geraizeira	Catanduva (Vargem Grande do Rio Pardo)	“Água e território”

Fonte: Extraído de Leão (2021, p. 55)

**Figura 3:** 5ª Conferência Geraizeira, Comunidade Catanduva, Vargem Grande do Rio Pardo, 2018.



Foto: Aldinei Leão. Extraída de (2021, p. 59).

Ao longo de 16 anos foram realizadas 11 eventos de mobilização e articulação. Destaca-se as 5 Conferências Geraizeiras. Pode-se observar, entre 2002 e 2010, o deslocamento da centralidade temática entre a luta contra o encerramento pela monocultura de eucalipto para o acesso aos territórios por meio da criação de reservas extrativista. Tomam centralidade nas discussões as possibilidades formais e legais para o acesso aos territórios, seja por meio de assentamentos agroextrativistas no campo fundiário, seja por meio de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, no campo ambiental. (SILVEIRA, 2014).

Entre 2014 consolidam-se as estratégias de luta com a criação do Movimento Geraizeiro. Novas ameaças territoriais, principalmente, os riscos de remoção compulsória, amputação ambiental (GUDYNAS, 2015) e degradação das águas, por projetos de mineração

em grande escala, entram na pauta das comunidades geraizeiras. A luta contra a mineração no Alto Rio Pardo e em Grão Mogol ganha centralidade. Para tanto, a água e o território são os fundamentos das lutas, como pode ser verificado no tema central da V Conferência Geraizeira, realizada em 2018.

O tema da quinta Conferência Geiraizeira foi “Cerrado, Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”. No documento “Cartilha da V Conferência” as reflexões sobre as águas do Cerrado que ocorreriam na Conferência foram assim descritas:” Neste dia, vamos refletir sobre a importância do Cerrado para as águas, para termos uma vida de abundância e também para pensar formas de viver com sustentabilidade, aqui, no nosso lugar.”(Cartilha V Conferência Geraizeira, 2018, p.9) Observa-se que é a disponibilidade de água é condicionada à conservação do Cerrado. A água como fonte da vida.

Projetos de barragens e de mineração também constituíram um campo adicional de preocupação das comunidades geraizeiras na V Conferência:

O Norte de Minas passa por um momento em que longa estiagem na região, agravada pela intensa degradação ambiental promovida pelo agro e hidronegócio, ameaça a vida no sertão. Mesmo assim, o que vemos crescer no Norte de Minas são os grandes projetos de mineração e de construção de grandes barragens associados à intensificação do plantio das monoculturas de eucalipto, pastagens, cana e frutas tropicais irrigadas.

[...] A luta por direitos assenta-se neste contexto de disputa com os grandes investimentos, pautada na organização e resistência dos povos e comunidades tradicionais dos cerrados.

(Cartilha V Conferência Geraizeira, 2018, p.7)

A garantia dos direitos territoriais de comunidades tradicionais, do direito humano à água, e contra a devastação do Cerrado tornam-se ícones da luta das comunidades geraizeiras contra a mineração (BARBOSA, 2014), os grandes projetos de barragens. O foco das lutas tem sido a reconversão das terras públicas com monocultura de eucalipto, das áreas ameaçadas de inundação por barragens e das áreas com risco de amputação ambiental<sup>10</sup> por projetos de mineração, em territórios de uso comunitário geraizeiro.

## RECONVERSÃO TERRITORIAL E “PRODUÇÃO” DE ÁGUA

As áreas ocupadas com monoculturas de eucalipto arrendadas pelo Estado de Minas Gerais às empresas e em conflito com as comunidades geraizeiras do Norte de Minas Gerais, conforme Dayrell (2019, p. 232), correspondem 373.976,60 hectares, de um total de

<sup>10</sup> Para o exame do conceito de amputação ambiental confira Gudynas (2015).

458.419,16 hectares reivindicados. Deste total, 69.936,46 hectares estão em processo de delimitação; 298.840,94 hectares são territórios autodemarcados; 59.311,53 hectares são territórios já regularizados; 30.330,33 ha são assentamentos de reforma agrária convencional<sup>11</sup>.

No Alto Rio Pardo as comunidades geraizeiras lutam pela transformação das áreas ocupadas com monocultura de eucalipto em territórios reconvertidos com a vegetação do cerrado. Esse processo tem sido denominado de reconversão territorial agroextrativista geraizeira. Trata-se de um processo social<sup>12</sup> que envolve a delimitação, autodemarcação e regularização fundiária, seja por meio da criação de assentamentos agroextrativista, seja como unidades de uso sustentável (Reservas Extrativistas ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável).

Em 2013 foi criado o Assentamento Agroextrativista Veredas Vivas que assegurou à comunidade geraizeira de Vereda Funda (Figura 3) no município Rio Pardo de Minas-MG, a regularização fundiária de 4,9 mil hectares. A partir de então inicia-se um importante processo de recuperação das áreas degradada pela monocultura do eucalipto, regeneração do cerrado, configurando uma “transição para sistemas agroextrativistas” (OLIVEIRA, 2017, p. 28)

<sup>11</sup> Conforme Dayrell (2019, p. 232-233) “Territórios Geraizeiros em Delimitação: referem-se às áreas com ações de mobilização para identificação do território geraizeiro, mas que ainda ou não foram finalizados o trabalho de georrefenciamento ou de organização da demanda para regularização fundiária.

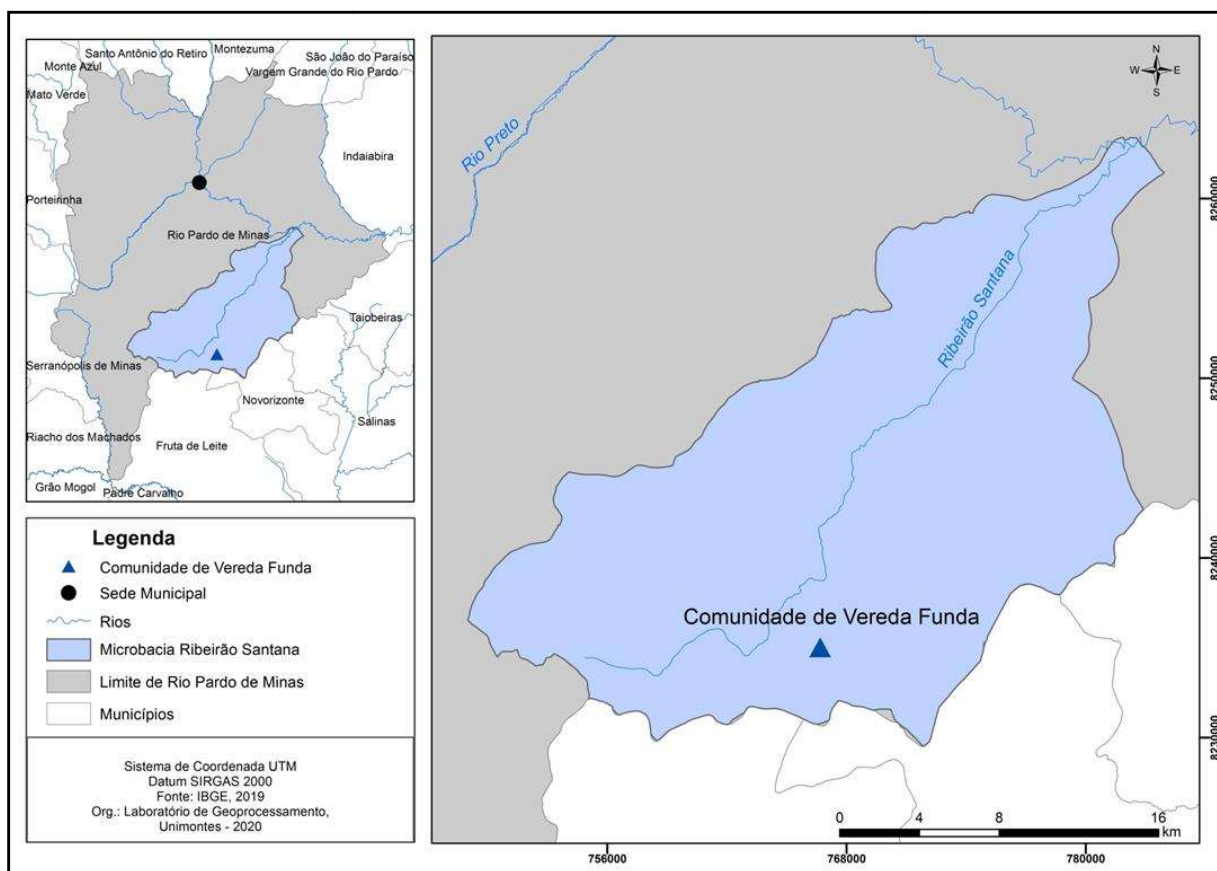
- Territórios Geraizeiros Autodemarcados: referem-se às comunidades geraizeiras com ações de mobilização para identificação do território geraizeiro, o seu georrefenciamento, com elaboração de um relatório antropológico ou com uma demanda sistematizada que foi encaminhada solicitando a sua regularização. As áreas em que foi demandada a criação de uma RDS encontram-se nessa estratificação;

- Territórios Geraizeiros Regularizados: referem-se às áreas de comunidades geraizeiras cujos territórios foram total ou parcialmente regularizados em uma das modalidades de acesso a terra reconhecidos oficialmente, seja como uma RDS, Projeto de Assentamento de Reforma Agrária (convencional ou como PAE), como um arrendamento estabelecido com o Estado (cooperativa agrárias de agricultores familiares), ou através de projeto de lei municipal, como foi o caso da comunidade de Sobrado.

-Assentamentos de Reforma Agrária convencionais: referem-se às áreas nas quais foram criados projetos de assentamento de reforma agrária pelo INCRA, mas que foram mobilizadas por algum movimento social como o MST, Movimento Sindical, ou outro.”

<sup>12</sup> Sobre as estratégias de luta pelos direitos territoriais das comunidades geraizeiras e a iniciativa de criação de leis municipais, confirmam os estudos de Silveira (2014) e Leão (2021).

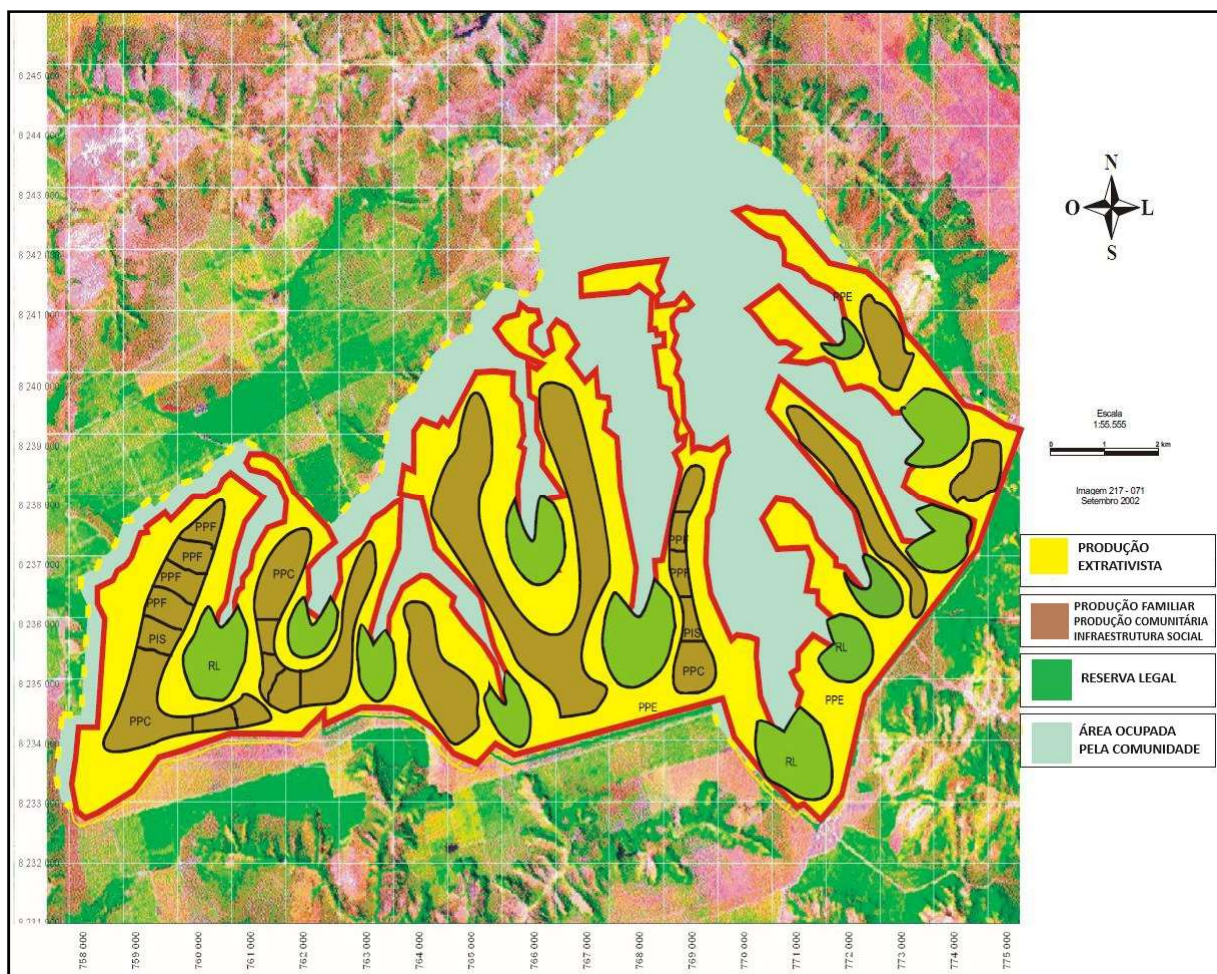
**Figura 3:** Localização da comunidade geraizeiras de Vereda Funda, Rio Pardo de Minas-MG



**Fonte:** Laboratório de Geoprocessamento, Universidade Estadual de Montes Claros-MG, 2020.

Conforme Oliveira (2017) no processo social de retomada do território da comunidade de Vereda Funda foi elaborado o Projeto de Reconversão Agroextrativista da Monocultura de Eucalipto (Figura 4). Este projeto foi apresentado ao governo do Estado de Minas Gerais, em 2003, quando venceu o contrato de arrendamento entre o Estado e a empresa Florestaminas. A partir de então, uma intensa luta, com estratégias políticas, jurídicas e de ocupação territorial se deflagrou. Isto é, a comunidade não aceitou a hipótese de renovação de contrato entre o Estado de Minas Gerais e as empresas para a continuidade da monocultura de eucalipto. Ao contrário, reivindicaram que estas terras, pertencentes ao Estado fossem devolvidas para a comunidade geraizeiras de Vereda Funda. Após 10 longos anos o território foi reconquistado pela comunidade.

**Figura 4:** Proposta de manejo do território de Vereda Funda feito pela comunidade, em 2002.



Fonte: Extraído de Oliveira (2017, p. 29).

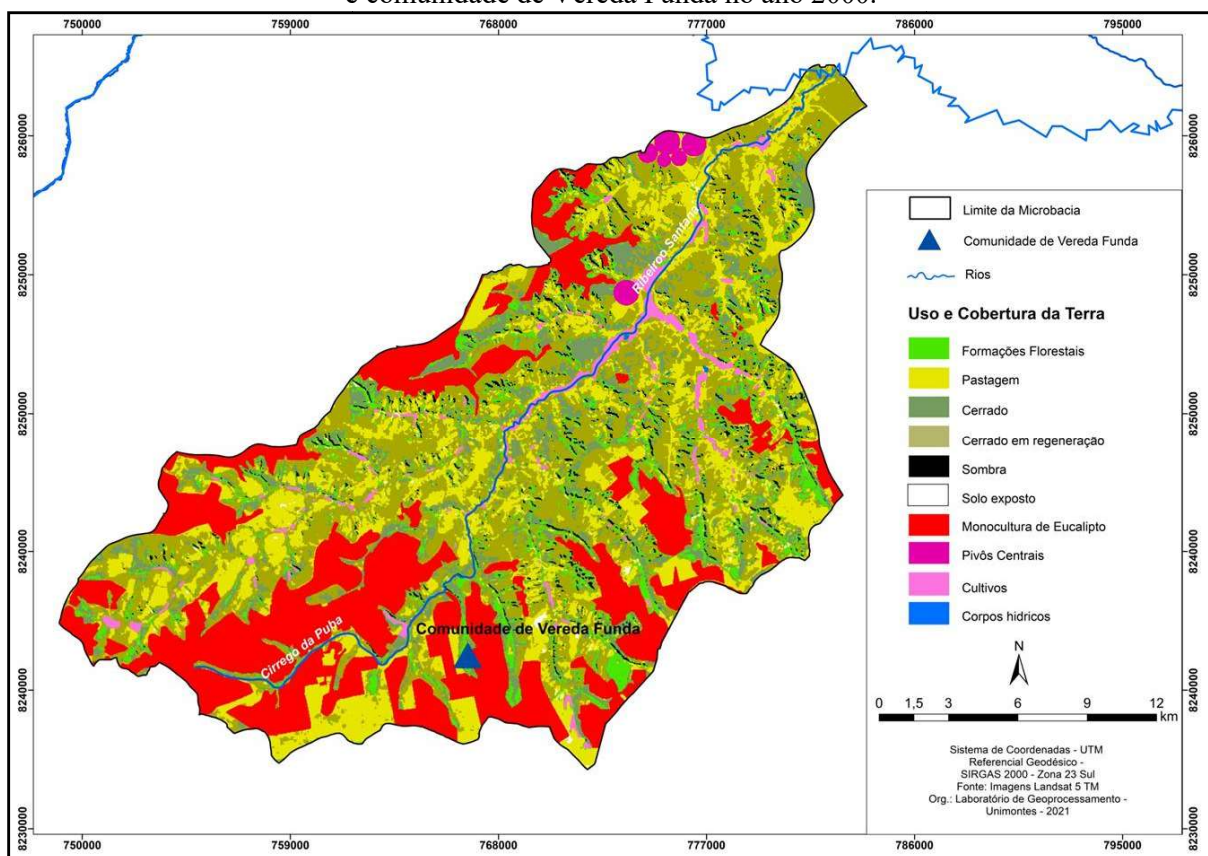
No croqui feito pela comunidade de Vereda Funda (Figura 4) que a proposta de manejo agroextrativista das áreas com monocultura de eucalipto articula espaços familiares e comunitários de produção agrícola, de extração vegetal e de reserva ambiental. Conforme a legenda da figura 4, a cor amarela refere-se às áreas destinadas à produção extrativista, isto é, à coleta feita pelas famílias de frutos do cerrado, lenha/madeira e outros vegetais. A cor marrom são áreas destinadas à agricultura, criação de animais e as infraestruturas produtivas familiares e comunitárias e também de organização social. Na cor verde são áreas destinadas à proteção ambiental, por meio do instrumento da reserva legal<sup>13</sup>. Além disso, em destaque na cor cinza, a área que estava ocupada pela comunidade em 2002. Isto é, são áreas com sítios familiares, já ocupados para moradia, agricultura e criação de animais, há gerações. Em síntese, as cores amarela, marrom e verde configuram a área reivindicada pela comunidade de

<sup>13</sup> Lei Federal Nº 12.651, de 25 de Maio de 2012.

Vereda Funda e a forma de uso proposta no Plano de Manejo de 2002, e a área na cor cinza o território que estava sob domínio da comunidade.

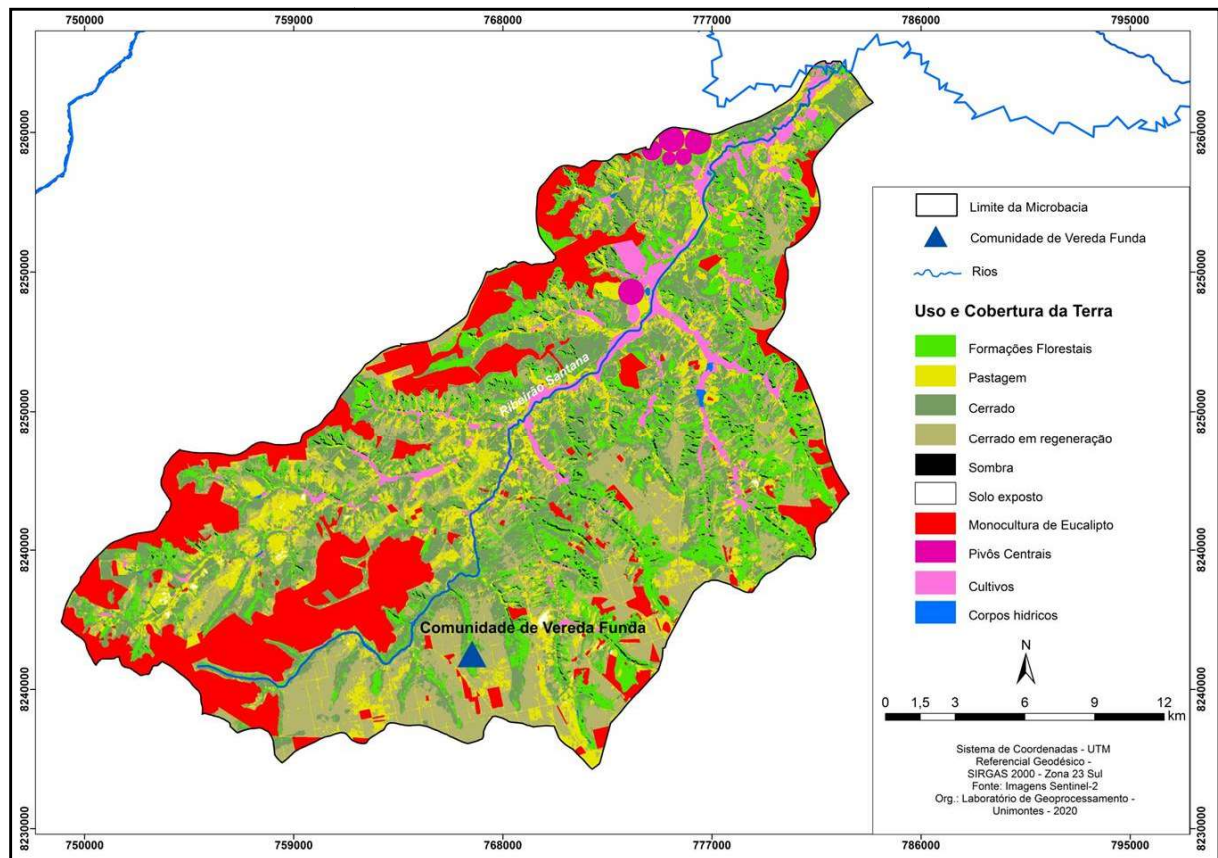
Nas figuras 5 e 6 seguintes é possível observar a mudança no uso e cobertura da terra, no período de 2000 a 2020, na área da sub-bacia do Ribeirão Santana, que possui cerca de 52.852 hectares, sendo o principal afluente do Rio Pardo (SOUZA et al, 2014). Nessa sub-bacia se localiza a comunidade de Vereda Funda, município de Rio Pardo de Minas-MG. Destacam-se as transformações das paisagens do cerrado e dos corpos hídricos.

**Figura 5:** Imagem de satélite com o uso e cobertura da terra na área da sub-bacia do Ribeirão Santana e comunidade de Vereda Funda no ano 2000.



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento, Universidade Estadual de Montes Claros-MG, 2020.

**Figura 6:** Imagem de satélite com o uso e cobertura da terra na área da sub-bacia do Ribeirão Santana e comunidade de Vereda Funda no ano 2020.



**Fonte:** Laboratório de Geoprocessamento, Universidade Estadual de Montes Claros-MG, 2020.

Na legenda das figuras 5 e 6 destaca-se com um triângulo azul o ponto central da comunidade de Vereda Funda, na porção sudeste da sub-bacia do Ribeirão Santana. Em verde claro são áreas com cobertura denominada “formação florestal”. Trata-se do cerrado com porte arbóreo florestal. Em amarelo são áreas denominadas “pastagens” que são vegetação natural ou plantada e fonte de alimentação para o gado bovino. Em verde as áreas denominadas “cerrado” são a formação vegetal com cerrado típico. Já em verde claro são áreas denominadas “cerrado em regeneração”, ou seja cobertura vegetal em processo de recuperação. Em preto, com denominação de “sombra”, são áreas espacialmente coberta por nuvens, tendo sido impossibilitada a captura da imagem da vegetação. Em branco, com denominação de “solo exposto” trata-se de áreas sem cobertura vegetal. Em vermelho, denominado “monocultura de eucalipto” são as extensas áreas cobertas com eucalipto. Em rosa escuro/lilás, intitulado “pivôs centrais” são áreas de agricultura irrigada por este equipamento. Em rosa claro, denominado “cultivos” são áreas de agricultura não irrigada (sequeiro) e/ou irrigadas por meio de pequenos equipamentos. Em azul, denominado “corpos hídricos” são principalmente rios, córregos e lagoas.

Ao compararmos os dois mapas é perceptível a redução das áreas de monocultura de eucalipto na porção sudoeste do Ribeirão Santana, onde se localiza a comunidade de Vereda Funda. Há uma clara substituição dessa cobertura vegetal por cerrado, cerrado em regeneração e formação florestal, evidenciando os efeitos positivos da reconversão territorial agroextrativista. Ou seja, a regeneração e recuperação do cerrado, sua biodiversidade e suas águas.

No ano de 2000 o cerrado e outras formações florestais representavam cerca de 18% da área total. Os corpos hídricos configuram 0,03% do total. Na figura 7, pode-se observar as mudanças ocorridas 20 anos depois. Para o ano de 2020, os cálculos a partir das imagens de satélite permitem afirmar que, na mesma área, o cerrado e outras formações florestais passaram a configurar 41% da cobertura do solo e os corpos hídricos 0,17%.

A sub-bacia do Ribeirão Santana é cerca de 10 vezes maior do que a área do Assentamento Agroextrativista Veredas Vivas, na comunidade de Vereda Funda. Em 20 anos é visível a substituição da monocultura de eucalipto, destacada na cor vermelha, pelo cerrado, destacado em tons de verde. Tão importante quanto a regeneração da vegetação do cerrado é a produção de água. Isto é, a recuperação de corpos hídricos, aumentando a oferta de água disponível. Com aumento de 0,03% para 0,17% da área da sub-bacia, isto é, 5,7 vezes mais. Não por acaso, o tema central da 5ª Conferência Geraizeira, realizada em 2018, foi “Água e Território”. As comunidades geraizeiras compreendem que a proteção do cerrado, de acordo com o manejo agroextrativista em implementação no Assentamento Veredas Vivas, em Vereda Funda, é a garantia de que a disponibilidade de água pode ser ampliada, condição ambiental fundamental para a reprodução do modo de vida geraizeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bioma cerrado está sob forte processo de degradação ambiental impulsionada, principalmente, a partir dos anos 1960, com o processo de modernização conservadora da agropecuária brasileira. Trata-se, principalmente, da expansão da fronteira de produção de grãos, pecuária bovina e monoculturas para produção madeireira e carvoejamento.

No Alto Rio Pardo, Minas Gerais, pequena porção da vastidão do cerrado brasileiro, esse processo teve como tom fundamental a implantação de monoculturas de eucalipto em extensas áreas nas chapadas. Como resultado socioambiental, a degradação da biodiversidade, das águas do cerrado e o encurralamento das comunidades geraizeiras.



No entanto, as comunidades que tiveram seus espaços de vida e trabalho reduzidos, encurraladas nas grotas e veredas, não se resignaram. Vendo suas estratégias de manejo extrativista das chapadas impossibilitadas pela privatização realizadas pelas empresas monocultoras e a degradação das águas, foram à luta.

Quando começou a terminar a vigência dos contratos de cessão em comodato (empréstimo) entre o Estado de Minas Gerais e as empresas monocultoras, as comunidades do Alto Rio Pardo-MG se articularam em complexa rede de mobilização e luta. As Conferências Geraizeiras foram os principais espaços de mobilização, produção e circulação de informações e articulação da rede de parceiros.

Depois, de longos anos de luta, a criação do Assentamento Veredas Vivas é um marco do processo de reconversão agroextrativista em curso no Alto Rio Pardo. Como efeito da conquista territorial da comunidade Vereda Funda, várias outras comunidades dos municípios do Alto Rio Pardo estão ampliando o acesso aos seus territórios, realizando auto-delimitação, auto-demarkação, inovando na criação de leis municipais.

Esse processo de reconversão territorial, em curso, tem possibilitado a regeneração de áreas de cerrado degradadas pela monocultura de eucalipto, com efeitos para a recuperação dos corpos hídricos. Assim, as lutas territoriais, bem como as práticas ambientais, das comunidades geraizeiras configuram um ponto de esperança, na imensidão do cerrado brasileiro, para a proteção da biodiversidade e, principalmente, das águas do cerrado.

## AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

## REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz. O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 111, n. 4, p. 41-55, 1983.

BARBOSA, Rômulo S. Mineração no norte de Minas Gerais: tensões e conflitos pelo acesso e uso da água. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, p. 43-50, 2014.

BISPO, Eluiz A. R. M. E.; BARBOSA, Rômulo S. Processos de territorialização e efeitos da regularização fundiária rural no norte do estado de Minas Gerais: memórias de expropriação. **Revista Cerrados**, v. 19, p. 23-55, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Comunidade Tradicional. In COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia, Luz de. (Orgs.) **Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades Tradicionais nos Sertões Roseanos**. São Paulo: Intermeios, 2012.

BRITO, Isabel C. Barbosa de. Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial: o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais. **Dissertação de Mestrado**. Montes Claros, MG: Unimontes/PPGDS. 2006.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. Ecologismo dos Gerais: comunidades tradicionais e conflitos socioambientais no Norte de Minas Gerais. **Tese de Doutorado**. Brasília-DF, UnB., 2013.

DAYRELL, Carlos Alberto. De nativos a caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. **Tese de doutorado**. PPGDS Unimontes, 2019.

DAYRELL, Carlos Alberto. Os Geraizeiros descem a serra ou a agricultura que não aparece nos relatórios do agrobusiness. In DAYRELL, Carlos Alberto; LUZ, Cláudia. (Orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Matopiba: caracterização das áreas com grande produção de culturas anuais**. Embrapa Territorial, Campinas-SP, Julho, 2014.

FEITOSA, Antônio M. A; BARBOSA, Rômulo S. A dinâmica da luta pela terra no Norte de Minas Gerais. In FEITOSA, Antônio M. A. et al. **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: ecologia, economia y política de um modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Bolívia: CEDIB, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In SANTOS Milton et al (Orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

LASCHEFSKI, Klemens. Da delimitação territorial do “rural” a um método de localização de grupos alvo do PNSR no campo. In FUNASA. **Programa Nacional de Saneamento Rural PNSR: aspectos conceituais da ruralidade no Brasil e interfaces com o saneamento básico / Fundação Nacional de Saúde**. 1. ed. Brasília: Funasa, 2021.

LEÃO, Aldinei S. Dias. O direito forjado nas grotas e chapadas: os processos de construções legislativas pelas geraizeiras e geraizeiros do Alto Rio Pardo-MG. **Dissertação de Mestrado**. Montes Claros, UFMG/UNIMONTES/PPGSAT, 2021.

MAZZETO SILVA, Carlos E. Desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. In DAYRELL, Carlos Alberto; LUZ, Cláudia. (Orgs.). **Cerrado e**

**Desenvolvimento:** Tradição e Atualidade. Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000.

MDA-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SDT-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Relatório Final Território da Cidadania Alto Rio Pardo.** Montes Claros-MG: MDA/SDT/CNPq, 2016.

NOGUEIRA, Mônica C. Rabelo. Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. **Tese de Doutorado.** Brasília, UnB, 2009.

OLIVEIRA, Moisés Dias de. Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do norte de Minas Gerais: o caso da Comunidade Sobrado. **Dissertação de Mestrado.** Brasília, UnB, 2018.

POZO, Osmar Vicente Chévez. Regime de propriedade e recursos naturais: a tragédia da privatização dos recursos comuns no Norte de Minas. **Tese de Doutorado.** Rio de Janeiro: ICHS/CPDA /UFRRJ, 2002.

PROJETO MAPBIOMAS. **RAD-Relatório Anual do Desmatamento no Brasil, 2020.** Mapbiomas Alerta, junho de 2021. Disponível em: [www.alerta.mapbiomas.org](http://www.alerta.mapbiomas.org). Acesso em 10/05/2023.

SILVEIRA, Dayana Martins. Comunidades tradicionais do Norte de Minas: estratégias de luta e acesso a direitos territoriais. **Dissertação de Mestrado.** Montes Claros, Unimontes/PPGDS, 2014.

SOUZA, Lioclécio Mendes de; FERNANDES, Fernando Hiago Souza; NERY, César Vinícius Mendes Odilene Antunes Ribeiro. Caracterização Flúvio-morfológica e Dinâmica da Paisagem da Sub-Bacia do Rio Ribeirão Santana – Rio Pardo de Minas/MG. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, v.14, n.3, mai-ago. 2014, p.3346-3356.

## DOCUMENTOS

Cartilha da 5ª Conferência Geraizeira. 2018. Disponível em: <https://dineileao.files.wordpress.com/2018/03/cartilha-conferencia-geraizeira-impressao.pdf>

Carta Final da 5ª Conferência Geraizeira. 2018. Disponível em: [https://www.caa.org.br/media/publicacoes/Conferencia\\_Geraizeira\\_Carta\\_Final.pdf](https://www.caa.org.br/media/publicacoes/Conferencia_Geraizeira_Carta_Final.pdf)

---

**Artigo recebido em: 01 de agosto de 2023.**

**Artigo aceito em: 25 de setembro de 2023.**

**Artigo publicado em: 25 de setembro de 2023.**